

# o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • n.º 6 • Preço 4500 • 1012-1975 • Propriedade do Editorial Caminho, E.C.

# Liquidar o caciquismo tarefa do momento

Por ARMANDO PEREIRA DA SILVA

## Estamos convosco irmãos da Frelimo!

A agressão rodesiana à República Popular de Moçambique é um acto de desespero. O governo racista de Salisbury não atingiu nenhum dos seus objectivos.

Conseguiu, entretanto, o que desejava evitar. Por um lado, desencadeou um poderoso movimento de solidariedade internacional como o Povo da RPM. Por outro lado, chamou a atenção da humanidade para uma importante situação histórica: o regime de Ian Smith está moribundo. O seu fim iminente anuncia a derrota final do colonialismo, cujo baluarte principal se localiza na África do Sul.

A invasão de Moçambique pelas tropas rodesianas aparece, na perspectiva da História, muito mais como manifestação de impotência do que como prova de força. O governo ilegal de Ian Smith dispõe ainda de dinheiro, de blindados, de canhões e aviação para violar as fronteiras de Moçambique e praticar em Gaza e Tete actos de barbárie que constituem verdadeiros crimes contra a humanidade. Na sua cegueira reaccionária os racistas rodesianos tentam repetir a história da pior maneira, imitando (mal) métodos que foram aliás derrotados e desacreditados noutros países. Brincam de americanos na África Austral. Os ataques a Gaza e Tete são oficialmente apresentados como operações de perseguição de guerrilheiros que lutam pela independência do Zimbabwé. É a mesma justificativa que Washington tradicionalmente apresentava em Saigão quando organizava operações de genocídio contra a República Democrática do Vietnam, a mesma argumentação que os EUA invocaram ao levar a guerra e a morte a Laos e ao Camboja.

Os colonialistas rodesianos são incapazes de avaliar a tragédia da sua própria loucura. Não esquecem somente as lições da derrota final do colonialismo em Angola, na Guiné-Bissau e na República Popular de Moçambique. Esquecem também que o próprio imperialismo americano, apesar dos seus imensos recursos, foi derrotado e posto de joelhos no Sueste Asiático. Esquecem que os governos de Kennedy, Johnson e Nixon organizavam agressões a países situados a milhares de quilómetros de distância dos Estados Unidos. Os rodesianos não têm retaguarda: constituem uma minoria opressora no próprio país que governam ilegalmente.

As Forças Armadas da República Popular de Moçambique já infligiram um duro castigo aos invasores. Os combatentes da Frelimo, que durante dez anos lutaram contra o aparelho militar do colonialismo português, nunca duvidaram da sua capacidade para derrotar e expulsar os agressores rodesianos. Mas isso não diminui a legítima indignação do Povo e do Governo da RPM. Poder algum conseguirá ressuscitar os civis indefesos que foram assassinados no Mapai, durante um massacre repugnante, comparável ao que de pior no género fizeram os americanos no Vietnam.

Ao ordenar aos invasores que metralhassem um comboio de passageiros e praticassem outras violências semelhantes, os dirigentes colonialistas de Salisbury deram ao Mundo mais uma prova de que não constituem um governo, mas apenas um bando de aventureiros cujas palavras e compromissos não podem inspirar confiança.

Antes do 25 de Abril, o governo ilegal de Salisbury propunha ainda "soluções" que exigiriam um mínimo de 500 anos para que o Povo do Zimbabwé pudesse vir a ter maioria no Parlamento. Agora recua e sugere, um após outro, planos que reservariam aos brancos o poder durante dois anos. Os racistas rodesianos perderam já as ilusões, mas conservam a arrogância. Querem ganhar tempo, fazer durar a opressão e o privilégio, não obstante saberem já que violência alguma evitará que o Povo do Zimbabwé conquiste pelas próprias mãos a independência. A certeza da derrota final não impede a acumulação e intensificação dos crimes.

É na linha dessa agressividade nascida do desespero e da impotência que se inserem os repugnantes ataques às províncias moçambicanas de Gaza e Tete. Ian Smith e o seu gabinete racista conhecem a tempera da Frelimo e a força da solidariedade da RPM ao Povo do Zimbabwé. Mas praticaram mais um crime. Conseguiram o contrário do que pretendiam: fortaleceram ainda mais os sentimentos fraternos que ligam os Povos de Moçambique e do Zimbabwé. A agressão reforçou igualmente a solidariedade das forças progressistas portuguesas com todos quantos, na África Austral, lutam contra o colonialismo. As agências ao serviço do imperialismo bem se esforçaram para desinformar o Povo português com a colaboração da imprensa "pluralista". Mas a manobra falhou.

"o diário" contribuiu para a mobilização da solidariedade popular ao Povo irmão da RPM. Logo no primeiro dia denunciámos a agressão na primeira página e condenámos os racistas rodesianos. Era preciso chamar as coisas pelo seu nome. Estamos com as forças que na República Popular de Moçambique, no Zimbabwé, na África e no Mundo lutam pelo progresso social, pelas liberdades, pela independência nacional, pela paz. Estamos convosco, companheiros da Frelimo!

Voltamos à vila, dois anos e meio depois. O mesmo calor seco de altitude média (recomendado para curas de repouso) na época estival. A mesma quietude, a beleza natural de sempre. Compromisso entre a Beira Alta e a Litoral, em pleno Vale de Lafões, Oliveira de Frades sofre toda a espécie de carências próprias de um conchelo onde prevalece a agricultura pobre e serrana, herdeiro do caciquismo fascista e do esquecimento secular do Terreiro do Paço. Só os preços evoluem, como em toda a parte.

É um exemplo típico da região isolada onde a esperança do 25 de Abril depressa sofreu entraves. Indústria não existe e por isso não há classe operária. As relações de trabalho nos campos, onde predomina de maneira chocante o minifúndio, são as tradicionais. A ignorância, o obscurantismo, a falta de informação são realidades não ultrapassadas.

Encontro, na rua, um velho democrata da pequena burguesia local, que em Maio de 74 me facilitara, e muito, os contactos de reportagem com a Redacção em Lisboa. «Como vai isto?» — pergunta. «Vai tudo na mesma — responde com amargura. — Os tipos voltaram ao poleiro. Mas não de cair».

Os «tipos» são os caciques, o compadrio, os burocratas do velho regime nas repartições, os pequenos monopolistas do pobre comércio da região, os patrões da ANP, os donos da vontade das populações manietadas e desprotegidas.

«Voltaram ao poleiro» na contra-ofensiva reaccionária do Verão de 1975, a celebrada «vaga de fundo» que tanto entusiasmos a burguesia bem falante e contra-revolucionária dos centros de decisão: o tremendo logro histórico de que o povo northeno está a redimir-se pela consciência adquirida. É a revolução.

### UMA LUZ NAS TREVAS

As tradições comunitárias, aqui como em todo o Norte do País, são uma realidade indelével. Pontualmente, os homens sabem unir-se na defesa dos seus interesses comuns. Sabem ajudar-se. São generosos entre si, nas situações extremas. Mas, com razões muito antigas, desconfiam do poder e das mudanças. Estão fartos de ser enganados e explorados, na própria terra ou em países longínquos. Digo a um deles, no habitual convívio familiar: «Vocês têm de encontrar formas de união. O trabalho que fazem, de sol a sol, não tem futuro. As coisas mudam. Isolados, sereis cada vez mais fracos. Unidos, podereis encontrar uma saída». É um homem seco, envelhecido, que resistiu à emigração, mas vê perdidos pelo caminho muitos dos sonhos que acalentou, como todos nós. Uma caricatura triste do jovem alegre, animador de festas, que conheci na minha infância. «Isso é tudo muito bonito — responde. — Mas aqui nada mudou. As pessoas são desconfiadas, pensam que têm uma fortuna nos palmos de terra que as mata em vida e lhes há-de servir de cova. Precisamos de esclarecimento,

que ninguém faz. Só perante resultados concretos as pessoas poderão aceitar».

Faz-se propaganda reaccionária, caluniam-se os trabalhadores do Sul, tecem-se loas ao velho regime. No fundo, as pessoas não acreditam. Mas têm falta de resposta local. Voltam a abster-se.

E, contudo, foi neste conchelo de Oliveira de Frades que assistimos a um dos mais belos levantamentos populares a seguir ao 25 de Abril. Foi há dois anos e meio, em Maio. No distrito de Viseu começavam a cair, uma a uma, as gerências fascistas das autarquias. Por iniciativa do MDP, realizou-se na vila um plenário de cidadãos para se decidir quanto ao futuro da Câmara Municipal. Por vontade esmagadora da assembleia, não foi aceite uma lista apresentada e composta pelos velhos senhores do regime de Salazar. Foi eleita a lista de gente nova, o futuro finalmente à vista. O entusiasmo popular foi, todavia, ferido poucos dias depois. Os homens da ANP «impugnaram» o acto, recorrendo para as estruturas distritais do MFA. Utilizavam a abertura democrática que sempre haviam negado. O protesto foi aceite e marcadas novas eleições, arbitradas por dois oficiais do Exército. Tratou-se da eleição mais aberta a que algum dia assistiu. Por um lado, um facto positivo: pela primeira vez no nosso País foi autorizado o voto aos 18 anos, por vontade expressa da população e das autoridades militares. Antecipava-se uma das conquistas constitucionais consagrada um ano depois. Mas, por outro lado, teve de remendar-se o atabalhoamento das forças reaccionárias, que se esqueceram de imprimir listas de voto. Impasse resolvido pela compreensão dos democratas e dos militares: quem não quisesse votar na lista impressa, (do MDP) riscava os nomes e escrevia no mesmo papel aqueles que preferisse. Os caciques, que tinham aproveitado os últimos dias para uma propaganda no velho estilo, de aldeia em aldeia e de porta em porta, aproveitaram a oportunidade concedida por quem estava ali para defender a democracia nascente e, estrategicamente, moveram-se na noite entusiástica e procuraram iludir, ao menos, as centenas de pessoas que se

encontravam no exterior da velha escola por não caberem lá dentro.

Em vão. O escrutínio processou-se de maneira exemplar. A lista democrática venceu por enorme margem, graças ao povo serrano que desceu à vila, acompanhando o entusiasmo dos operários resineiros, para agitar finalmente a sua estagnação secular. As pessoas sabiam claramente o que não queriam.

### O REGRESSO

A partir dali, impunha-se definir o caminho que se queria. Constituída por jovens que não iniciavam então a sua luta, pois há muito haviam decidido pôr os conhecimentos adquiridos nas Universidades ao serviço do povo de que provinham, a Câmara Municipal democrática não logrou romper a barreira ainda bem organizada da reacção local. Os boicotes sucessivos, a falta de apoio central, o contra-ataque reaccionário de cravo ao peito constituiriam desde logo óbices terríveis. Pouco se pôde avançar nesta luta surda do dia-a-dia em que o povo da região viu, espantado, os velhos caciques a parecerem com o «democratas» públicos, gritando vivas ao MFA e arregimentando-se em partidos com siglas onde a palavra «democrático» estava bem à vista. No início do «Verão quente» de 1975 a gerência municipal foi substituída sem que o povo tenha dado por isso. Era o canhestro «golpe das maiorias» tão propagado e apoiado em manobras ridículas — como o «truque das feiras» — por gente que tinha obrigação de estar ao serviço do processo revolucionário. Ao menos por coerência programática.

Voltou o silêncio. As Juntas de Freguesia, em grande parte dos casos, continuaram nas mãos antigas, por herança. Os pobres continuam a ter de rezar pelos ateados indignos que documentam a sua situação de indigência, os mais abastados obtêm esses «ateados de probreza» com a maior das facilidades para a corriqueira burla aos serviços oficiais. As crianças continuam a ter de percorrer quilómetros de montanha para irem à escola. O cooperativismo não avança.

As relações com o ex-Grémio da Lavoura são como antes. Os intermediários continuam a jogar à vontade com a ignorância dos pequenos produtores. A iniciativa popular é, se não proscrita, pelo menos desencorajada.

Tudo se voltou para o passado, menos os preços. Todavia, a luta continua. Os progressistas, movendo-se em condições terríveis, não perderam o pé. No interior das pessoas, nada poderá já ser como antes. É uma situação transitória, bem demonstrada pelo amigo que, em Oliveira de Frades, dois anos e meio depois de um acto cívico e revolucionário que mobilizou nessa altura quase a massa eleitoral recenseada hoje, me afirmou no Verão de 1976: «Os tipos voltaram ao poleiro, mas não de cair».

É que, por mais que a reacção apregoe e independentemente das burlas políticas que não deixaram de continuar a atingir esta gente massacrada há séculos por exploradores de toda a espécie e frustrada nas suas esperanças pelos sucessivos e numerosos gabinetes de que depende — as palavras democracia e socialismo entraram no vocabulário e, mais importante do que isso, no coração e na cabeça das pessoas como pontos luminosos que apontam o futuro. Os resultados eleitorais demonstram-no. O fascismo é o passado que, apesar de novamente insinuado, não voltará.

Ao aproximar-se um novo acto eleitoral de grande importância ao nível de todas as regiões, achamos útil lembrar aqui este caso exemplar que se repete infelizmente na região do Vouga como em tantas outras. Na actual fase do processo histórico, é ainda a liquidação das sequelas fascistas que importa efectivar. A limpeza definitiva do caciquismo reaccionário. A construção de bases seguras para a democracia real assente no desenvolvimento económico e cultural, na libertação eficaz das forças comunitárias. A unidade democrática é o caminho possível e desejável, numa altura em que o interior montanhoso do país acorda em solavancos vivos para a realidade revolucionária que o povo em movimento confirma todos os dias.

## CHIKOBONÉ

